

**PLANO DE AÇÃO PREPARATÓRIO PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO
MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS**

Trabalho de Conclusão, de Curso apresentado
como parte dos requisitos para obtenção do
grau de Especialista em Gestão Pública com
ênfase em governo Local.

Aluno: Humberto Magalhães Viana

Orientador: Prof. Antônio Augusto Verissimo

Tutor: Tito Ricardo de Almeida Tortori

Brasília – DF

Novembro /2018

PLANO DE AÇÃO PREPARATÓRIO PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

Autor: Humberto Magalhães Viana
Prefeitura Municipal de Duque de Caxias

Palavras chave: Plano Diretor. Política Urbana. Gestão Urbana e Territorial

Resumo: Muitos municípios brasileiros estão passando por um momento de revisão dos seus Planos Diretores, o que se revela uma oportunidade não somente pela revisão do instrumento urbanístico, mas para avaliação da política de planejamento urbano do município. Em Duque de Caxias, o Plano Diretor de 2006 teve problemas com sua implementação, e não alcançou os efeitos desejados, não avançando nas elaborações das leis complementares. Nesse momento, como estratégia preparatória, antes de iniciar o novo plano, é necessária a organização das informações existentes das secretarias municipais e uma melhor compressão do território, que acontecerá através de um plano estratégico de ação com uma abordagem analítica, através de leitura comunitária, na escala dos bairros, visando à melhor aplicabilidade do plano diretor que será aprovado, fortalecendo a interface com a sociedade nas atividades de participação social, posteriormente em continuidade, trabalhar os demais instrumentos urbanísticos para alcançar a reforma urbana.

SUMÁRIO

1	Diagnostico.....	4
	1.1 Definição do problema.....	4
	1.2 Contexto/justificativa do problema.....	5
	1.3 Metodologia de coleta de dados.....	6
	1.4 Localização do Plano de Intervenção.....	7
	1.5 Público-Alvo.....	7
	1.6 Valor previsto.....	8
	1.7 Duração.....	8
	1.8 Instituição/unidade funcional gestora e idealizadora.....	8
2	Objetivos.....	9
	2.1 Objetivo Geral.....	9
	2.2 Objetivos Específicos.....	9
3	Marco Técnico e Teórico.....	10
	3.1 A Origem e o Crescimento do Município.....	10
	3.2 A Configuração dos Bairros e a Organização Espacial do Município.....	18
	3.3 A Cidade Industrial e os Conflitos Ambientais.....	20
	3.4 Plano Diretor de 2006.....	21
4	Escopo.....	23
	4.1 Estrutura Analítica.....	23
	4.2 Não escopo.....	27
	4.3 Levantamento de restrições.....	27
	4.4 Premissas.....	28
	4.5 Riscos.....	28
	4.6 Estrutura de gestão e principais atores envolvidos.....	28
	4.7 Quadro de Trabalho/equipe.....	30
	Cronograma.....	32
	Considerações finais.....	32
	Referências bibliográficas.....	32

1. DIAGNOSTICO

1.1 Definição do problema

O problema se constitui pela não implementação dos planos e instrumentos urbanísticos obrigatórios, aprovados no Município de Duque de Caxias, geralmente constituídos por contratos com empresas que apresentam produtos distanciados da praticidade, sem atingir os problemas da realidade local.

O Plano Diretor como instrumento básico da política urbana municipal, é a lei de maior importância no direcionamento da gestão territorial, mas nos últimos 10 anos não cumpriu sua função. Decorrido o período para sua revisão foi iniciado o processo de revisão do Plano aprovado em 2006, com a apresentação de um termo de referência para contratação de empresa, seguindo os preceitos legais, e, ações formais, inclusive com referendo do Conselho da Cidade em 2018, e previsão para ser licitado o contrato em 2019.

Na proposta de revisão descrita no termo de referência, todas as ações necessárias para cumprir o rito estão ali colocadas, garantindo que o trabalho será bem feito, com a participação da sociedade em uma proposta consultiva. Mas, um outro ponto precisa ser considerado, como a sociedade e as instituições públicas vão receber esse documento? As fragilidades das condições atuais do município, a precariedade organizacional na estrutura institucional, arcabouço legal desestruturado, ações de influência do mercado, necessidade de modernização da gestão pública, desequilíbrio financeiro do executivo municipal, a crise econômica, a baixa participação social, entre outras, compõe uma realidade que merece um olhar cuidadoso, não só isso, mas uma estratégia de preparação além daquela prevista na janela temporal de confecção do plano. Interagir com nesse instrumento de grande relevância necessita de um planejamento prévio.

1.2 Contexto/justificativa do problema

Os Municípios estão completando dez anos de aprovação dos seus Planos Diretores, e em 2006 houve obrigatoriedade para aprová-lo e posteriormente esse prazo foi ampliado para 2008. Pelo Estatuto da Cidade, também é obrigatório a revisão após esse período. Nesse momento, o instrumento urbanístico ganha novamente os olhares da sociedade, as preocupações dos gestores e o interesse das empresas especializadas na sua produção. Como

na maioria dos municípios, após contratado do Plano é fomentada a discussão da política urbana para atender a participação da sociedade, de caráter consultivo e obrigatória. No caso de Duque de Caxias que já se passaram 12 anos da aprovação da Lei do Plano Diretor - Lei complementar nº 01, de 31 de outubro de 2006, e pouco se discutiu nesse período, e ainda não foram debatidos os muitos insucessos e a falta de aplicabilidade das determinações dessa Lei. No momento de hoje deveria ser de avaliação dos resultados advindos das propostas e soluções urbanísticas, se houve melhoria na gestão territorial ou até mesmo, o melhor entendimento da realidade socioeconômica nesse período, mas a política urbana atual não avançou com o instrumento do Plano Diretor, e muitas das propostas foram identificadas como incoerentes (OSCAR JUNIOR, 2014). Sem haver o entendimento, desenvolvimento e sem os resultados, a prefeitura se organiza para uma nova empreitada.

No contexto de elaboração do novo Plano Diretor existem pontos positivos, como o caso da consolidação do Conselho de Cidade (Concidade), que foi criado junto com o Plano Diretor de 2006, teve períodos de inatividade, mas hoje se apresenta como uma instância da sociedade, representativa e atuante. A criação do curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Grande Rio (Unigranrio), que tem sede no município é outro elemento de potencialidade que deve ser utilizado no projeto de intervenção. A própria estruturação da Secretaria de Urbanismo e Habitação que se fortaleceu nos últimos anos, criando estrutura, elaborando planos de habitação e saneamento, e, o início de um plano de mobilidade, mostrou que o movimento de planejamento está crescendo. Essas três potencialidades são as bases para o Projeto de Intervenção, onde é fundamental a aproximação do órgão de planejamento com a Universidade, que sempre se colocou receptiva aos projetos de interesse público.

A proposta se antecipa ao momento de revisão do Plano Diretor, iniciando um trabalho de reconhecimento e leitura do território, atingindo a escala das pessoas, dos cidadãos, estabelecendo compromissos com participação efetiva da sociedade; uma abordagem que poucos planos conseguem atingir, ainda se tratando de uma cidade grande. Será importante ao órgão de planejamento que necessita de fortalecimento institucional criar uma base de dados preparatória para: os projetos de parcelamento, uso e ocupação do solo, zonas de especial interesse social, regularização fundiária, áreas de fragilidade ambiental, redefinição de bairros, entre outras. Dessa forma, o trabalho pretende preparar os atores que passarão pelo processo de participação social necessária na revisão do plano, ao mesmo tempo cria condições para dar continuidade à Lei que será aprovada. Em conjunto com o reconhecimento da cidade serão colocadas oficinas de capacitação e fóruns de debate, para pensar a cidade de

formar crítica. Uma janela de oportunidade nos permite antes da revisão do instrumento, visitar os problemas urbanos que acontecem no território com a perspectiva do desenvolvimento local.

1.3 Metodologia de coleta de dados

O desenvolvimento da proposta parte da percepção e vivência no ambiente de trabalho do autor, das dificuldades de encontrar soluções para os problemas como o de precariedades nas Leis Urbanísticas e definições do uso do solo confusas que se perduram dos insucessos em tentativas de modificar a realidade da gestão pública local.

A oportunidade de cursar as disciplinas do curso de Especialista em Gestão Pública com ênfase em governo Local, nos módulos do ciclo básico e da área de concentração, possibilitou a compreensão dos programas e políticas públicas, e deu o embasamento teórico no entendimento do problema.

Os caminhos percorridos para atingir o projeto final, passam pelas disciplinas correlatas ao tema, na pesquisa bibliográfica, nos direcionamentos do orientador, nas entrevistas com pessoas que contribuíram para o entendimento do tema, no diálogo com os profissionais do ambiente de trabalho. Assim, o produto foi sendo aperfeiçoado ao longo do período de elaboração.

A pesquisa inicial que auxiliou a estruturar o projeto de intervenção foi iniciada através dos temas específicos de política urbana, tais como: planejamento urbano, planos diretores, e ainda, processos de revisão de planos urbanísticos realizados após 2006. As etapas de pesquisa subsequentes foram de: investigação histórica do município; pesquisa documental no acervo da Secretaria de Urbanismo do município; pesquisas de bibliografia sobre análise territorial do município com os temas de interesses socioeconômico e ambiental. E, na parte de desenvolvimento do tema, a pesquisa bibliográfica buscou trabalhos sobre análise do processo de revisão dos planos diretores.

As entrevistas foram realizadas com foco nos assuntos relacionados com o tema. Para obter dados sobre a participação social, foi entrevistado membro do conselho da cidade que representa os movimentos sociais, para incrementar as informações sobre política urbana foram entrevistadas personalidades com experiência na gestão dos municípios da Baixada Fluminense, e finalmente, para recolher mais conhecimento sobre análise crítica dos

programas governamentais de instrumentos urbanísticos, foi entrevistada uma pesquisadora da área acadêmica que desenvolve trabalhos relacionados aos mesmos.

1.4 Localização do Plano de Intervenção

O plano de intervenção será realizado no município de Duque de Caxias, pertencente à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O órgão responsável é a Gerência de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação.

As ações de coordenadoria e planejamento ocorrerão no órgão gestor e nas universidades conveniadas com o projeto. As atividades de campo, oficinas, e seminários participativos, ocorrerão no território dos Bairros.

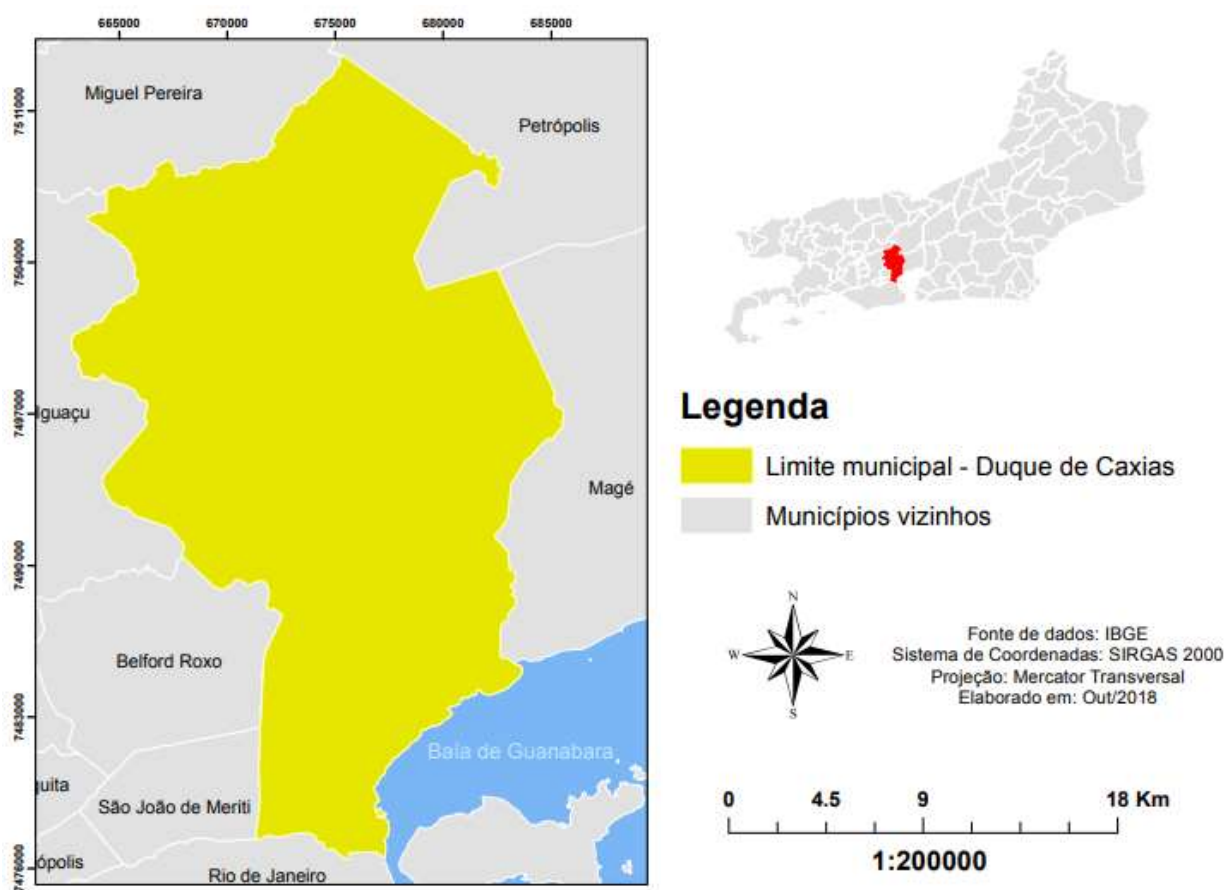


Figura 1: Localização do projeto de intervenção do Município de Duque de Caxias
Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação

1.5 Público-Alvo

O público-alvo são os atores que vão interagir na elaboração e na implementação da revisão do Plano Diretor. Os técnicos da prefeitura, de maneira geral e de forma mais atuante

os profissionais do setor de planejamento urbano, que estão na coordenação do projeto. Os profissionais e os alunos da área acadêmica, ou seja, o corpo docente e o discente têm de forma estabelecida em convênio com as universidades de interesse. Representantes da sociedade nos seus seguimentos vinculados ao (Concidade), nas atividades específicas para o conselho. E a população do bairro vinculado ao setor do projeto em desenvolvimento, de forma participativa.

1.6 Valor previsto

O valor informado abaixo pode ser considerado como estimativa, e será reavaliado na aprovação do projeto de viabilidade. Os recursos provem de fonte interna, em demandas já indicadas no PPA e LOA, devendo sofrer ajustes e alguns remanejamentos.

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Cópias, material da divulgação e das oficinas, cadernos e publicação, etc...	verba	-	-	10.000,00
Equipe de trabalho - estagiários	Mês	40	36.000,00	252.000,00
Coordenação de grupo	Mês	7	20.000,00	140.000,00
Aquisição de equipamentos	verba	-	-	150.000,00
Organização de eventos	verba	-	-	80.000,00
Total				632.000,00

Tabela 1: Tabela de Custos do PI

Fonte: Elaborado pelo autor

1.7 Duração

O projeto de Intervenção iniciou sua formulação em julho de 2018 e tem previsão para término em novembro de 2018. Com expectativa de apresentação ao proponente no mês de dezembro, e a previsão de início do PI é de maio de 2019.

1.8 Instituição/unidade funcional gestora e idealizadora

A unidade gestora do Projeto de Intervenção é a Diretoria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Propor uma ação estratégica, para executar um trabalho organização do banco de dados da prefeitura e leitura do território de Duque de Caxias, com o objetivo de melhorar as condições necessárias para implementação da revisão do plano diretor e dar continuidade nas legislações complementares.

2.2 Objetivos Específicos

- Estabelecer estratégias para fortalecer a estrutura institucional dos setores de planejamento urbano da prefeitura.
- Estimular a participação da sociedade e reconhecer as identidades locais na escala do bairro.
- Capacitar os estudantes e a sociedade, utilizando a política urbana no resgate de direitos sociais.
- Aproximar a universidade e os profissionais acadêmicos dos órgãos de planejamento do executivo.
- Desenvolver um trabalho de integração das secretarias municipais.

A transformação de Duque de Caxias em município veio no ano de 1943, iniciando um movimento de emancipação que desmembrou o município de Nova Iguaçu, em sete outros municípios. Apesar do tempo de separação, esse conjunto de municípios reúne características assemelhadas: população de baixa renda, infraestrutura precária e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) baixo. Nova Iguaçu e Duque de Caxias, um pouco diferenciados, disputam centralidades dentro desse território. (SILVEIRA; RIBEIRO, 2017).



Figura 3: Desmembramento do antigo município de Nova Iguaçu
 Fonte: SILVEIRA; RIBEIRO (2017, p.227), adaptado de TENREIRO (2012, p.25)

O município teve um processo de crescimento muito acelerado na segunda metade do século passado, o movimento de urbanização das cidades brasileiras mostrou a inversão da população do campo para a cidade. A explosão demográfica, nas periferias das grandes metrópoles. Esse processo foi ainda mais intenso. A população chegava para ocupar o território sem infraestrutura, e muitos loteadores e proprietários de terras se beneficiavam dessa grande demanda. (SILVEIRA; RIBEIRO, 2017).



Figura 4: Evolução da população do município de Duque de Caxias.

Fonte: SILVEIRA; RIBEIRO (2017, p. 246), elaborado com dados de Lima (2010) e IBGE (2010 e 2015)

Atualmente a estimativa para população do município de Duque de Caxias é de 914.383 habitantes Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), que se distribui no território de forma desigual. Como mostra a figura 5 nas relações com os distritos, e a figura 6 no gráfico de intensidade.

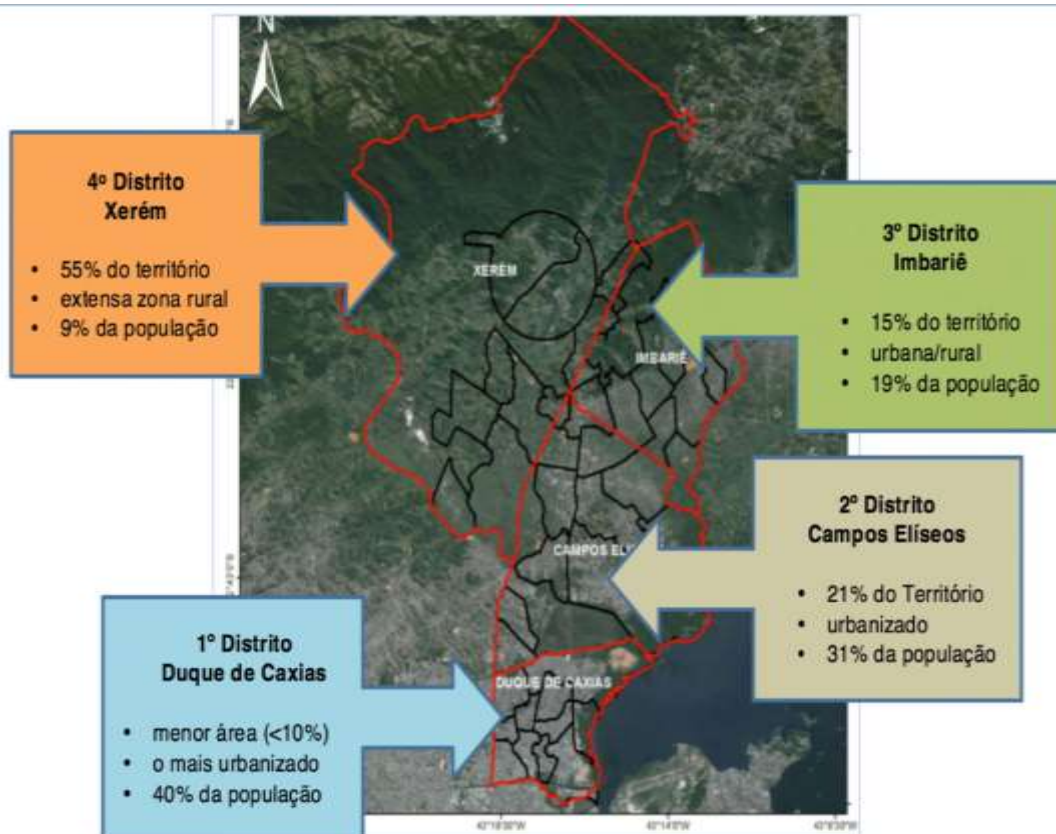


Figura 5: Distribuição da população nos distritos.

Fonte: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias – Plano Saneamento Básico, 2017

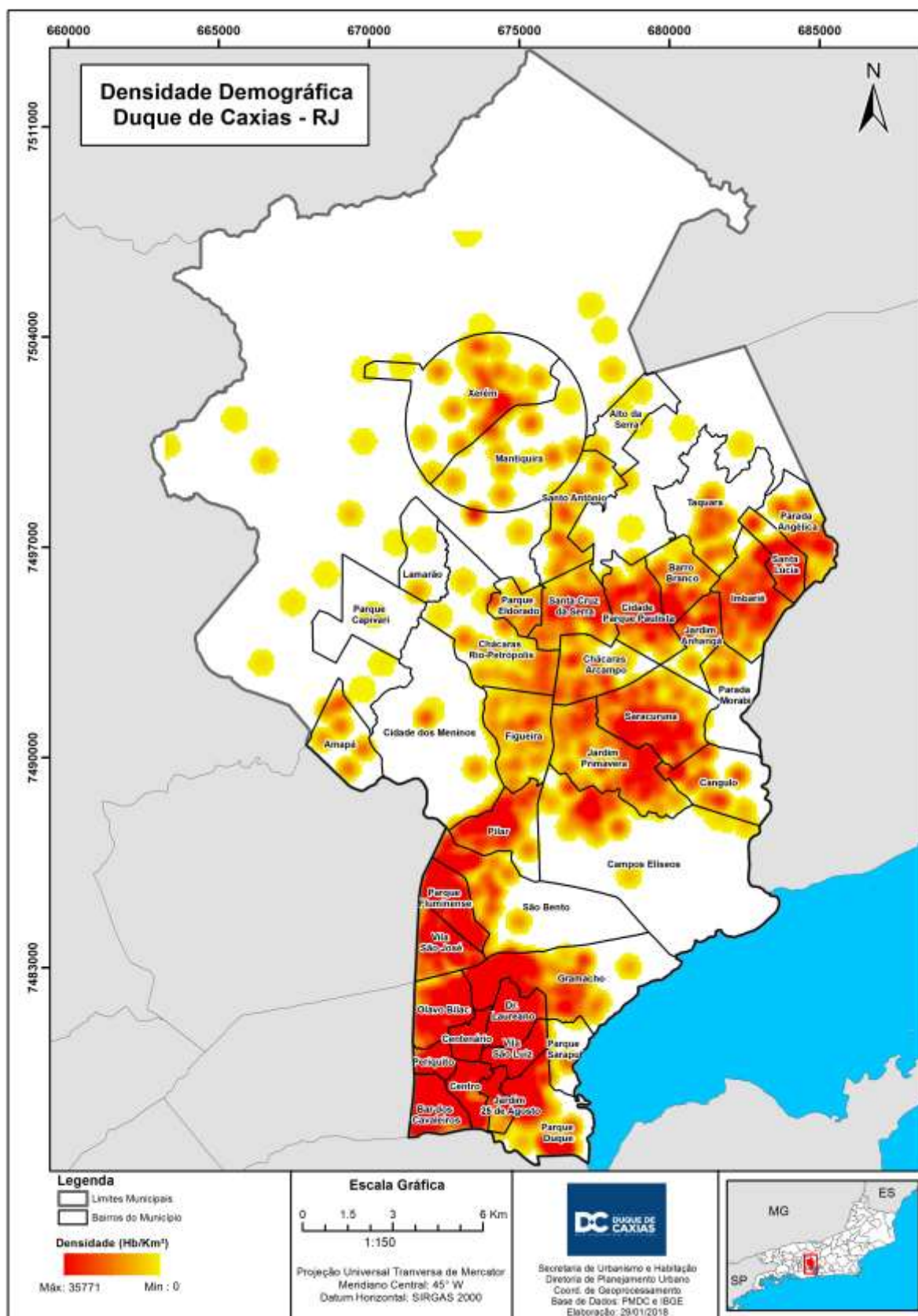


Figura 6: Bairros oficiais e distritos de Duque de Caxias
 Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – DPU/2018.

Analisando o mapa de densidade populacional podemos perceber uma concentração em determinados locais e outras áreas totalmente despovoadas. A ocupação do município obedeceu alguns critérios que são fáceis de perceber, a proximidade com o Rio de Janeiro e melhores condições de infraestrutura no 1º Distrito, propiciaram uma concentração maior de população, que historicamente ocupou principalmente essa região, e perdura até hoje. Primeiramente a linha férrea e depois as rodovias impuseram um vetor de crescimento e ocupação no território. Seguiram no processo de ocupação o segundo e terceiro Distrito.

Um fator limitante que é característica da região da Baixada Fluminense, são as terras alagáveis, esse problema não impediu a aprovação de loteamentos, mas dificultou o processo de ocupação. Em outras situações as ocupações irregulares também ocuparam muitas dessas áreas, no momento em que a terra valorizou e restaram poucas opções para os mais pobres. Na figura 8 mostramos as áreas de risco, que estão em boa parte do território do município.

Na parte Norte do município existem áreas no território com grande elevação, na figura 9, fica evidente a condição de impossibilidade de ocupação, não somente pela declividade, mas também pelas UC - Unidades de Conservação Ambiental, pois a região é uma área florestada. Em relação à questão ambiental, o município tem outras UCs, que somadas, formam uma grande parcela do território, com restrição ou impedidas de ocupação (figura 10).

Existe outra característica na legislação de uso do solo que impede a ocupação de habitações, são as áreas industriais, que foram estimuladas a serem criadas em todos os distritos, e em grandes extensões, gerando em muitos casos conflitos com as habitações.

As áreas que possibilitam a concentração de habitações são limitadas por esses fatores descritos anteriormente, e explica uma grande parte do território ser desabitado ou com poucos adensamentos, como foi demonstrado na figura 7.

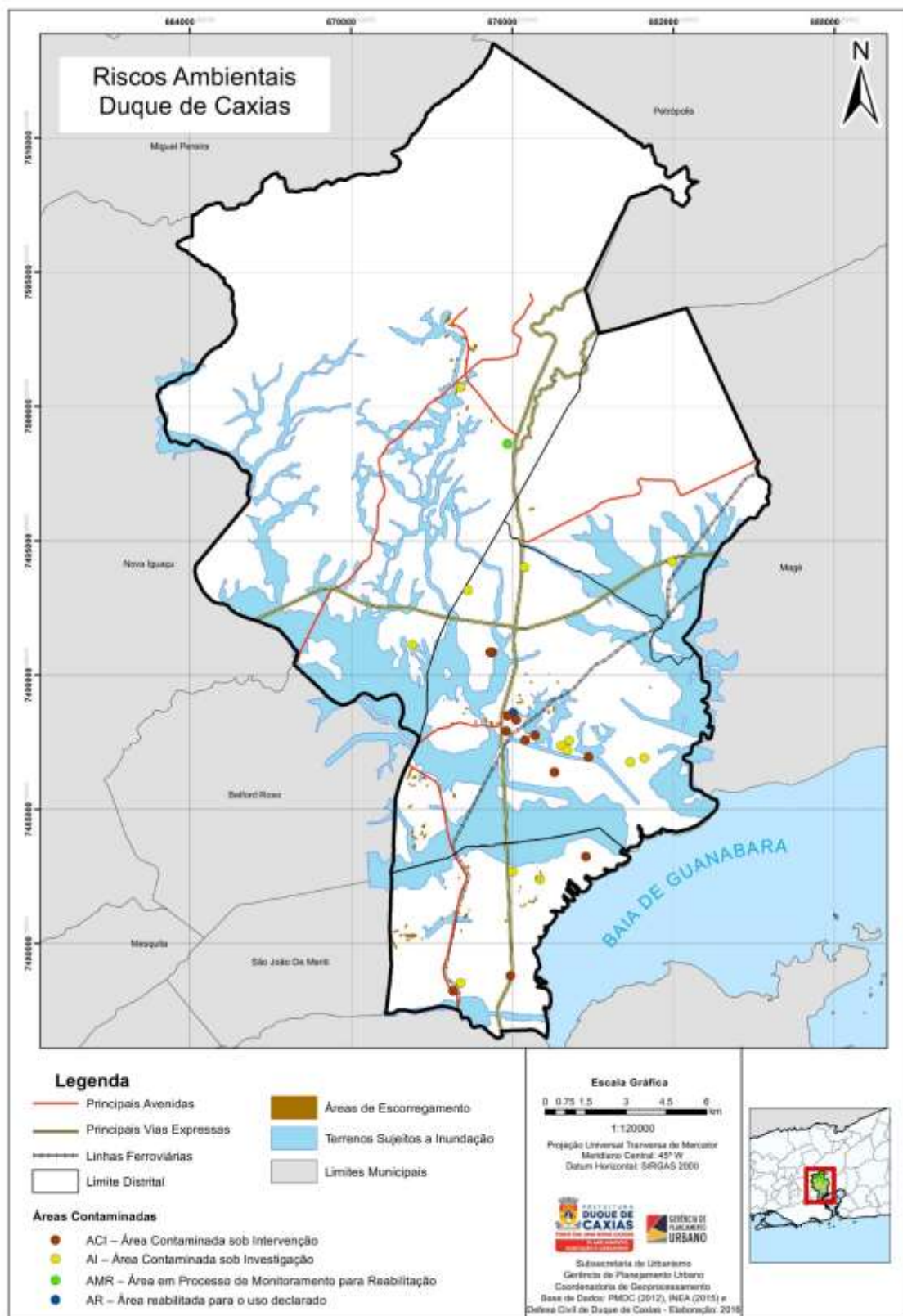


Figura 7 – Mapa de áreas de riscos de Duque de Caxias

Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – DPU/2018.

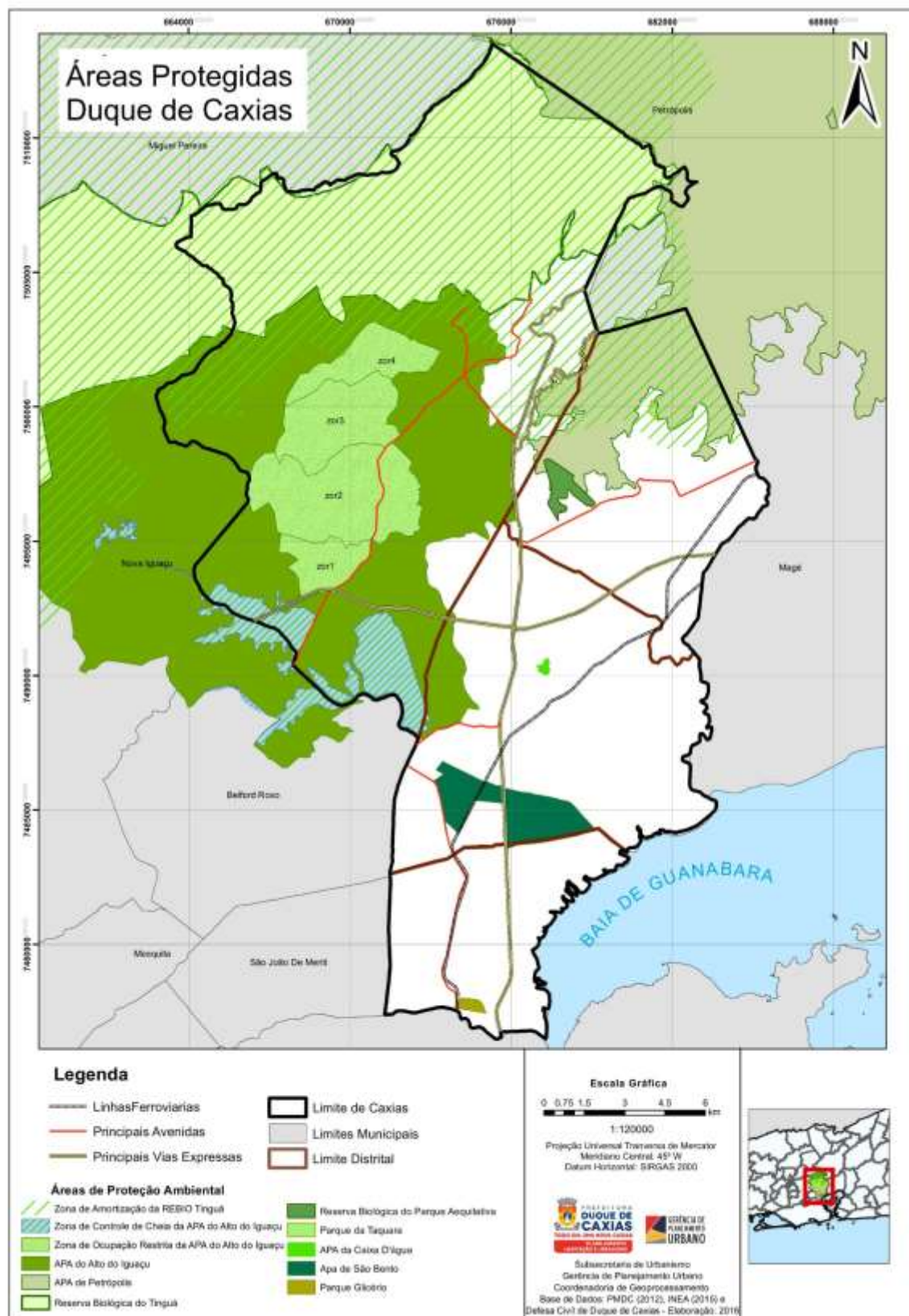


Figura 9 – Mapa de áreas protegidas de Duque de Caxias

Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – DPU/2018.

3.2 A Configuração dos Bairros e a Organização Espacial do Município

Os marcos legais de criação dos bairros do município são a deliberação 1765 de 28 de dezembro de 1972 (Plano Diretor) e o decreto 1864 de 11 de novembro de 1987 (parte do Plano de Expansão Urbano), definiram um total de quarenta bairros. Ao longo dos anos a denominação e a configuração desses bairros foi sendo alterada, de maneira informal, às vezes era confundida com a delimitação dos loteamentos, em outros momentos o processo de ocupação informal criavam novas identidades. Com o passar do tempo, até mesmo o cadastro imobiliário da prefeitura passou a adotar vários nomes não oficiais para identificação de unidades espaciais do território. Outro exemplo vem do IBGE, que identificou espacialidades de bairros diferenciadas daqueles bairros oficiais da prefeitura (DUTRA, 2015).

A leitura pouco precisa das referências de gestão do território causam dificuldades nas ações do poder público, e um transtorno maior ainda na vida do cidadão. A localização de um endereço parece ser uma condição de cidadania básica, mas para o morador de Duque de Caxias é uma dificuldade. Assim como os bairros a desorganização atinge os logradouros e até a numeração predial. Outro problema que deverá ser enfrentado são as informações do banco de dados do IBGE, as células censitárias não fazem referência com os bairros oficiais.

Uma característica importante na configuração espacial do território são as divisões de distritos, que suprem de certa forma, a necessidade de gestão território e são reconhecidos pela população facilmente.

O primeiro passo foi dado na identificação dos bairros oficiais, o setor de planejamento urbano, estabeleceu uma definição técnica, resolvendo conflitos de delimitação e fez uma descrição detalhada, tornando sua leitura clara. Essa definição foi utilizada recentemente no plano municipal de saneamento.

A escolha de trabalhar o PI, com as unidades de bairros oficiais, vai de encontro à proposta de revisão dos bairros do município. Uma das leituras do diagnóstico será a identidade territorial das localidades. Dentro do mesmo bairro poderão haver realidades diferentes, e não necessariamente a metodologia vai trabalhar da mesma forma. Alguns bairros são muito extensos ou complexos. O Planejamento anterior a etapa de execução irá definir a abordagem adequada.

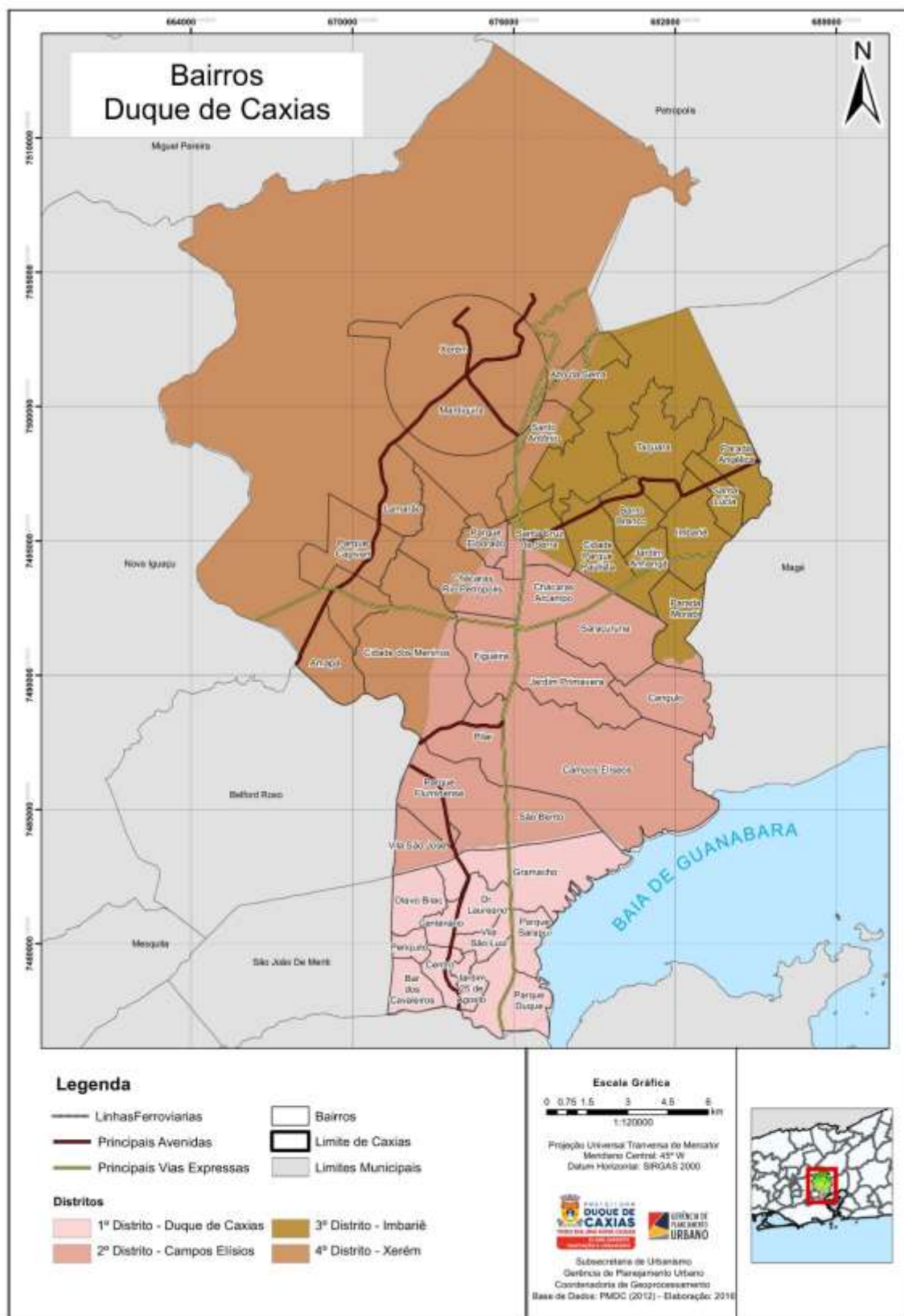


Figura 10: Bairros oficiais e distritos de Duque de Caxias.
Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – DPU/2018.

3.3 A Cidade Industrial e os Conflitos Ambientais

Duque de Caxias tem vocação industrial desde da década de 30, quando recebeu seus primeiros empreendimentos, com uma localização privilegiada facilidade de acesso, e terras com preços baixos, no início da sua ocupação. Na década de 40 recebeu a FNM – Fabrica Nacional de Motores, na década de 60 a REDUC, na ocasião a maior refinaria da América do Sul, e em torno dela foi criado um polo petroquímico. Uma grande quantidade e diversidade de indústrias vieram para o município, apoiados por políticas públicas, mas esse modelo de desenvolvimento não gerou ganhos sociais para os moradores do município, o segundo maior PIB – Produto Interno Bruto, do Estado do Rio de Janeiro (IBGE 2015), contrasta com baixos índices de IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. (CAMAZ, 2015)

Na gestão de uso do solo foram criados muitos instrumentos que facilitavam a instalação de indústria em grande parte do município, gerando problemas ambientais e conflitos com ocupações habitacionais (DUTRA, 2015).

A cidade se diversificou e hoje setor de comércio e serviço é maior parcela da economia do município. A centralidade que ele exerce nos municípios vizinhos contribui para essa condição (SILVEIRA; RIBEIRO, 2017).

A indústria ainda é uma grande potencialidade para a economia do município, mas a gestão do território precisa ser trabalhada para não gerar problemas para a cidade.



Figura 11: Calombé, o rio que pega fogo.

Fonte: <https://solanoelos.wordpress.com/2013/08/19/um-pouco-sobre-o-rio-calombe/>

3.4 Plano Diretor de 2006

Sobre o plano diretor de Duque de Caxias (OSCAR JUNIOR, 2014) apontou problemas de conteúdo, participação social, ausência de interesse público, problemas para preservação ambiental e agravamentos das injustiças sociais. Em seu artigo pontua que:

Em suma, observa-se que o pouco tempo destinado à elaboração do plano diretor de Duque de Caxias sacrificou etapas fundamentais para o desenvolvimento de um bom instrumento. Como reflexo disto, não existe um conhecimento bem consolidado a respeito das características municipais, reforçando a essência “crescentista” e não desenvolvimentista do município. Constata-se ainda que o plano diretor municipal não representa os interesses da sociedade local, não podendo receber a designação de participativo, corroborando deste modo a avaliação de Mendonça (2011) de que a cidade (e o território), ainda são concebidos e administrados de forma cartesiana e socialmente injusta e excludente, já que são os segmentos socialmente marginalizados que são orientados a ocupar estas áreas frágeis do ponto de vista ambiental, e carente em termos de infraestrutura, também não tem voz ativa na elaboração das políticas públicas. (OSCAR JUNIOR, 2014, p. 320)

No Plano Diretor de Duque de Caxias, podemos descrever alguns problemas que houveram, tais como: ausência de relatório de diagnóstico do município, o trabalho desenvolvido em um período curto de seis meses, a superficialidade das propostas, a incoerência de algumas definições, a dificuldade de continuidade das leis complementares, as modificações que ocorreram após sua aprovação, entre outros. Mas o instrumento significou um marco legal para o município, que teve práticas anteriores a ele, com relação as definições de legislação urbanísticas, insustentáveis (DUTRA, 2015). Algumas práticas continuaram, como as definições pontuais de uso do solo estabelecidas por decretos, mas agora tendo como referencial o PD, isso propicia estabelecer critérios de coerência.

O Plano Diretor anterior é do ano de 1972, e nele foram somando várias modificações em um período de trinta anos, criando conflitos no território, dificultando a compreensão e aprovação de qualquer licenciamento. Na figura abaixo mostra o número de instrumentos existentes de regulação de uso do solo, muitas vezes sobrepostos.

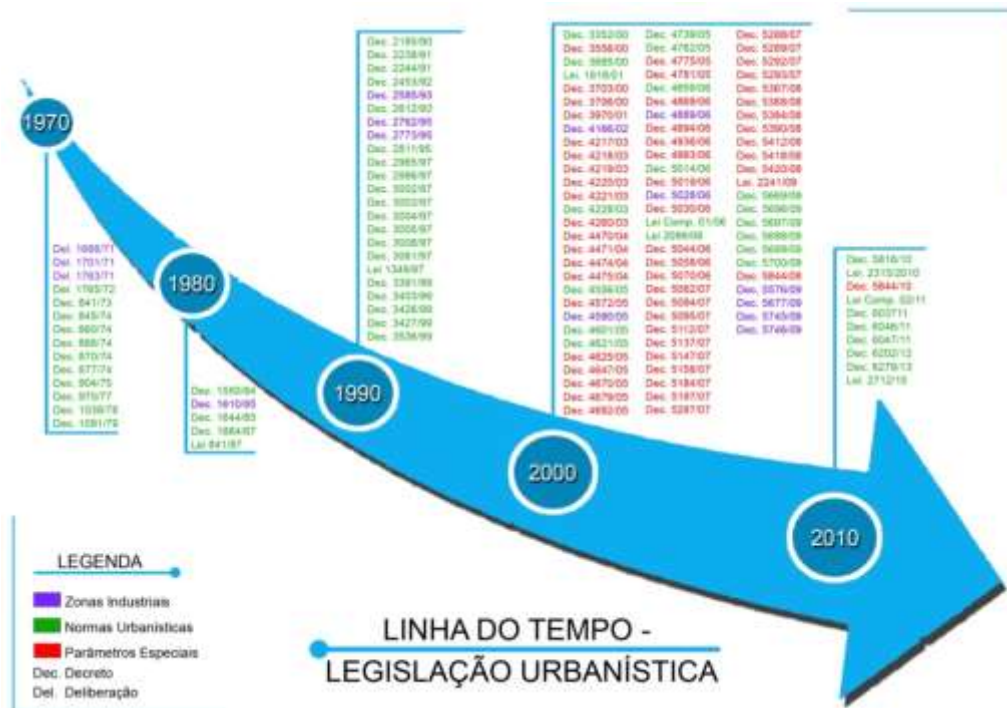


Figura 12 - Linha do tempo: Legislação Urbanística

Fonte: DUTRA (2015, p. 42)

4 ESCOPO

4.1 Estrutura Analítica

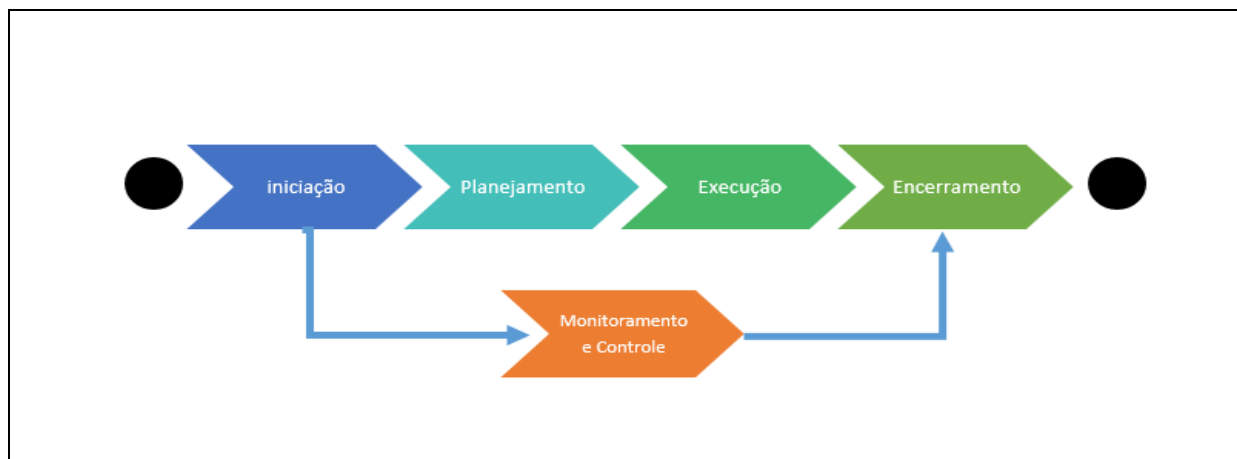


Figura 13: Ciclo de vida do projeto
Fonte: Elaborado pelo autor

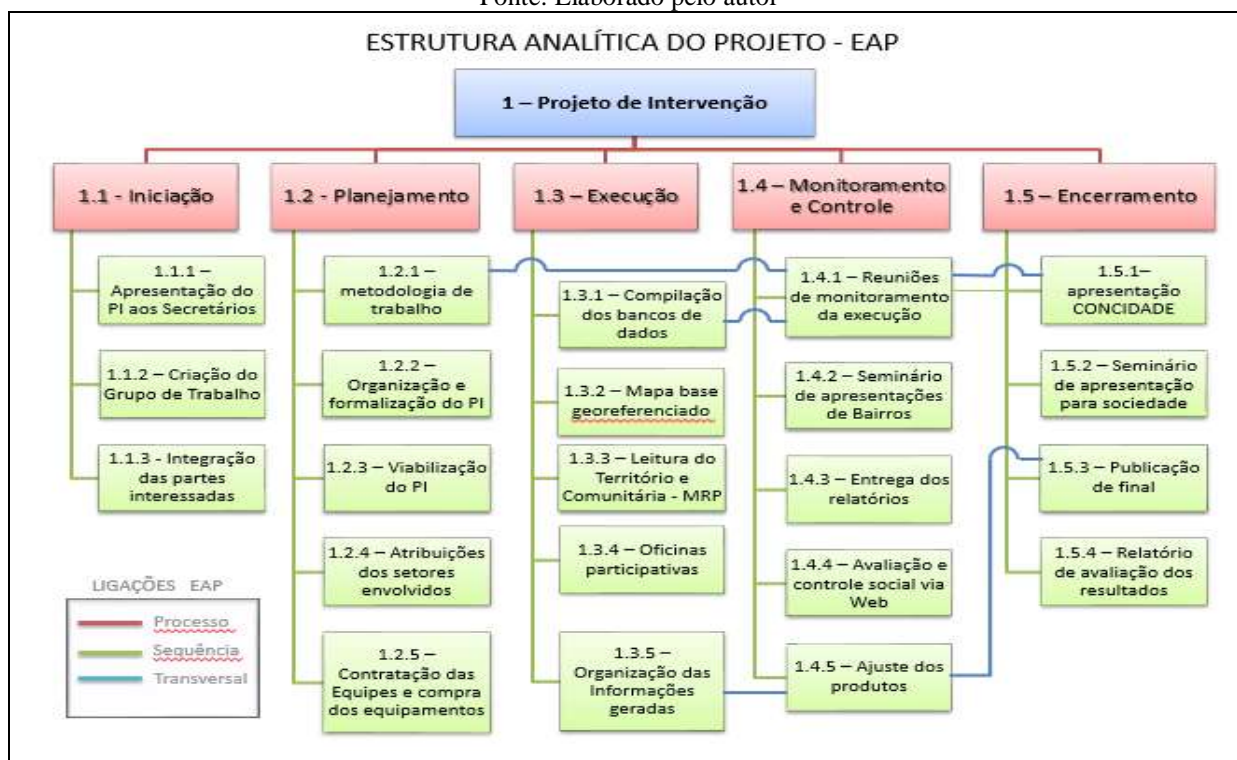


Figura 14 – EAP do projeto

Fonte: Elaborado pelo autor

A medida inicial será a apresentação do PI ao secretário de Urbanismo e Habitação, que deverá aprovar o projeto e será o articulador na ponte para integração das secretarias que irão participar do projeto. A cada secretaria participante deverá ser apresentado, se possível com a participação dos secretários representantes da pasta.

Após a ciência dos participantes será composto um grupo de Trabalho de representantes de cada secretaria municipal, formalizado através de portaria de nomeação, com a finalidade de identificar assuntos pertinentes ao projeto, correspondentes a cada pasta, e preparar as secretarias para um movimento de integração, fundamental para o sucesso do projeto. Além disso, a formalização do GT pela portaria garantirá o mínimo de continuidade do trabalho. O grupo (ou quem este designar) ficará responsável por elaborar a estrutura, os fundamentos, as medidas formais para viabilização do projeto, como: contratos, convênios, instrumentos legais e arranjo institucional. Essa fase é preparatória, mas também de planejamento, e a duração ficará condicionada ao ajuste mínimo dos pré-requisitos para de viabilidade institucional, financeira e metodológica do projeto.

O grupo de trabalho inicial, através do setor responsável por captação de verbas da Prefeitura, poderá buscar recursos externos, linhas de crédito ou programas específicos para área de atuação de planejamento urbano, mas a garantia de efetivação do projeto deverá vir de recursos próprios do município, considerando a importância dos resultados para o movimento de reforma urbana do município.

No Plano Plurianual (PPA) estão previstos recursos para a finalidade do projeto de intervenção, com a denominação de ação “Diagnósticos e Projetos Urbanos” (ver anexo 1). Porém, o valor previsto precisa ser complementado com a realocação de recursos de outra ação especificada, denominada “Alinhamento de Vias Públicas e Remuneração Predial – Execução”. Essa transferência é justificada por não haver possibilidade de utilizar o recurso para a finalidade original da ação no ano de 2019, pois os projetos que deveriam ser feitos no ano de 2018 não ocorreram, e estão vinculados a etapa de execução no ano seguinte (ver anexo 2).

Os valores para adquirir os equipamentos deverão vir de recursos destinados à estruturação da secretaria, considerando que ao final do trabalho, estes serão incorporados ao patrimônio da mesma secretaria. O projeto, em determinadas fases (preferencialmente as iniciais), utilizará a estrutura existente de algumas secretarias, como por exemplo, a Secretaria de Fazenda.

Os custos destinados a eventos visam dar apoio as oficinas, seminários dos bairros e apresentação final do produto. É relativo à mobilização, à alimentação, à promoção e à divulgação. Poderão ser utilizados os contratos vigentes com a Subsecretaria de Habitação que tem históricos de eventos vinculados ao programa MCMV – Minha Casa Minha Vida, e divulgação desses produtos, e serão utilizados após análise de viabilidade.

O GT será responsável pela indicação e viabilização da participação representantes de instituições de ensino superior e Organização Não Governamental (ONGs) que tenham expertise na área de planejamento urbano e queiram compor parcerias e que possam atuar em todas as etapas do projeto. Além disso, a participação de outras instâncias governamentais é de grande valia, pelas relações institucionais formadas e aproveitamento de programas e plano existentes que venham a somar no produto final.

O papel da universidade é estabelecido por convênio no projeto de intervenção, é fundamental para sua viabilidade. A relação das políticas públicas desenvolvidas pelo Executivo Municipal somados com a visão crítica e atualizada da academia oferecerão mais qualidade ao projeto.

A Unigranrio que tem seu principal campus na cidade de Duque de Caxias é uma instituição de ensino conceituada no município, onde historicamente participa de ações em conjunto com a Prefeitura, se fazendo presente nos principais conselhos participativos do Executivo. Apesar do curso de Arquitetura e Urbanismo ser recente, já existem turmas formadas. Para os alunos e professores, trabalhar com projetos práticos e na área de urbanismo será uma oportunidade de aprendizado e conceituação para o curso. Por parte da prefeitura, também será vantajoso, pois estariam ajudando a formar profissionais que poderá futuramente ingressar no serviço público e complementar um quadro técnico que demandam muitas vagas. Os professores, por sua vez, têm a contribuir para um trabalho fundamentado e bem monitorado.

A parceria com o poder público e com profissionais experientes irá imprimir uma dinâmica compromissada e assertiva, necessários a um produtor que será utilizado como referência para o planejamento da cidade. Ademais, poderão participar outras instituições de ensino e pesquisa, principalmente aquelas com expertises na área de planejamento urbano, inclusive as unidades que teriam campos no município, por exemplo, a UERJ e UFRJ.

As ONGs a serem convidadas seriam definidas pelo GT, e teriam preferência aquelas com experiência no município ou que contribuam em assuntos específicos, pertinentes ao projeto.

Para contratação dos estagiários, a Secretaria de Urbanismo e Habitação utilizará o contrato existente com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), que permite que seja estendido o número de estagiários suficientes a demanda do projeto.

O responsável pelo projeto será a Gerência de Planejamento Urbano, setor responsável pelo tema da Secretaria de Urbanismo e Habitação. O setor ainda tem um quadro muito

reduzido para assumir as atribuições da área de planejamento. Nesse sentido para liderança do projeto será indicado um diretor, que deve ser integrante do GT. Para suprir a ausência de outros profissionais do GPU, serão necessárias contratações temporárias para assumir a função coordenação das equipes de trabalho.

Serão montadas cinco equipes, cada uma, com um coordenador e oito estagiários. Os trabalhos terão a participação de técnicos de cada área específica, profissionais existentes do quadro das secretarias participantes. Sendo que o GT será o definidor das atribuições e gerenciamento das atividades, e fará o controle das entregas dos produtos.

A metodologia de trabalho faz inicialmente um apanhado do banco de dados, nessa etapa serão reunidas as informações existentes nas secretarias do executivo, orientado por cada representante do GT, que estabelecerá as condições do desenvolvimento do trabalho.

Na secretaria da Fazenda será utilizado o cadastro imobiliário para identificar a localização e as características dos imóveis. Nas secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, serão identificados os equipamentos públicos, e nos programas sociais de políticas públicas setoriais, onde por possível, serão identificadas as relações espaciais no território. O trabalho também será desenvolvido nas secretarias de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Obras, Meio Ambiente e Defesa Civil, cada uma com suas especificidades. Outras fontes importantes são os órgãos estaduais e federais, que muitos já estão acessíveis em *sites*. O conteúdo desse material será montado em uma base de imagem, fazendo a vetorização dos elementos urbanísticos ortorretificados, inclusive com curvas de nível (Base da Câmara Metropolitana, 2015).

O segundo passo na coleta de dados será receber uma leitura do território. Para a etapa de busca de informação no território, em levantamento de campo, será utilizado o Mapa Rápido Participativo (MRP), método praticado pela prefeitura do Rio de Janeiro em comunidades, é uma forma de leitura da realidade que se apresenta, através de um diagnóstico participativo comunitário, para locais de informalidade, desenvolvendo um reconhecimento do território na perspectiva dos moradores em uma leitura de aproximação (FERRAZ, 2018).

O recorte espacial de referência para trabalhar o projeto de intervenção serão os bairros oficiais. Essa delimitação territorial deverá causar dificuldades na organização dos dados e conflitos no território, pois a realidade de reconhecimento espacial dos habitantes e até de setores públicos, foram modificados ao longo de quase cinquenta anos. Propositamente o conflito vai gerar o reconhecimento de uma nova identidade territorial, que será a base para

reformulação dos bairros municipais (lei de abairramento), demanda que foi prevista no Plano Diretor de 2006, mas ainda pendente.

O apoio dos setores de Geoprocessamento da GPU – Gerência de Planejamento Urbano e da Secretaria de Fazenda serão fundamentais para desenvolver o trabalho dentro do prazo estipulado. Uma estratégia de fortalecimento e integração deverá ser colocada pelo GT. A Universidade nesse momento poderá ser uma opção na exploração dos laboratórios de informática através de sua estrutura física e na orientação de modelos preparatórios, e ainda no tratamento dos dados para aproveitamento no futuro trabalho de Cadastro Multifinalitário.

4.2 Não escopo

- Contratação de consultorias técnicas
- Medidas propositivas das áreas do Município
- Proposta ou indicações de instrumentos urbanísticos
- Proposta de legislação

4.3 Levantamento de restrições

- A prefeitura hoje não tem estrutura administrativa suficiente para gerir a política urbana do município.
- O projeto tem limitação de custo, sem opção para contratação de consultorias.
- O projeto deve iniciar sua execução até o final do primeiro semestre de 2019.
- O projeto depende de convênio com uma universidade que tenha graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo.
- O projeto depende do auxílio entre as secretarias municipais.
- O projeto depende da ampliação do contrato existente de estagiários firmado com CIEE, estendendo em número de 40 vagas.
- O projeto depende de redimensionamento do contrato existente para apoio aos eventos, novo contrato de aquisição de equipamento, e alocação de veículo.

4.4 Premissas

- Na realidade atual de poucos recursos públicos, a cidade informal é ainda mais precarizada, aumentando problemas sociais.
- O plano diretor ainda que seja autoaplicável, e o principal instrumento da política urbana municipal, ele necessita das leis complementares para ser efetivado.
- A participação social, mesmo com a condição garantida na formulação dos instrumentos urbanísticos, ela precisa ser estimulada para obtenção de melhores resultados do produto final.

4.5 Riscos

- O projeto de intervenção não ser aprovado pelo gestor do órgão responsável.
- O projeto de intervenção não ter recursos para ser executado.
- A revisão do plano diretor não ser contratado.
- O projeto de intervenção assumir funções e gerar produtos que são obrigações do plano diretor.
- O projeto de intervenção não conseguir convênio com as universidades.
- O projeto de intervenção não conseguir trabalhar em áreas de risco.
- O projeto de intervenção não alcançar os objetivos propostos.

4.6 Estrutura de gestão e atividades dos principais atores envolvidos

Os atores envolvidos seriam justamente aqueles que irão participar do processo de elaboração da revisão do Plano Diretor, o executivo municipal, representantes da sociedade civil, representantes do legislativo e Universidades.

Instituições participantes:

- Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – Proponente
- Gestão do projeto, através do seu quadro técnico do setor de Diretoria de Planejamento Urbana.
- Contratação de cinco coordenadores de grupo.
- Elaboração de convênio com as Universidades.
- Criação do grupo gestor.

- Disponibilização do setor de Geoprocessamento.
- Desenvolvimento de análise e classificação de áreas de interesse social.
 - Secretaria Municipal de Fazenda - Participante
- Disponibilização do setor de Geoprocessamento cadastral.
- Disponibilização dos arquivos cadastrais da secretaria.
- Participação do Grupo de Trabalho.
- Disponibilidade de espaço físico e equipamentos para o trabalho.
 - Secretaria Municipal de Defesa Civil - Participante
- Desenvolvimento de trabalho com áreas de riscos – acompanhamento e orientação.
- Disponibilidade dos arquivos georeferenciados atualizados do mapa de riscos.
- Participação do grupo de trabalho.
 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Participante
- Participação do grupo de trabalho.
- Identificação e classificação de áreas de interesse ambiental.
- Disponibilidade de arquivos georeferenciados das informações ambientais do município.
- Desenvolvimento de análise ambiental nos recortes de bairros a serem trabalhados.
- Desenvolvimento de análise de impacto local específicas para áreas com industrial.
- Conciliação do zoneamento ambiental com as informações de leitura comunitária.
 - Secretaria Municipal de Educação - Participante
- Participação do grupo de trabalho.
- Disponibilização dos arquivos da secretaria.
- Disponibilidade de local para reuniões e oficinas nas localidades.
- Participação na divulgação das oficinas de leitura do território.
 - Secretaria Municipal de Saúde - Participante
- Participação do grupo de trabalho.
- Identificação das informações de políticas públicas de saúde, no recorte dos bairros.
 - Secretaria Municipal de Obras - Participante
- Participação do grupo de trabalho.
- Disponibilidades das informações de infraestrutura do município.
 - Universidade UNIGRANRIO – Conveniado e Participante
- Desenvolvimento do trabalho, através de consultorias técnicas.
- Disponibilidade de laboratórios de informática.

- Disponibilidade de salas de aula e auditório para eventos.
- Membro do grupo de trabalho.
 - CONCIDADE – Participante
- Membro do grupo de trabalho.
- Acompanhamento do desenvolvimento do trabalho.
- Avaliação final do produto.

4.7 Quadro de Trabalho/equipe

Produto 1: Relatórios de Elaboração, acompanhamento e Avaliação do PI		
Pacote de Trabalho: GESTÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO		
Atividade	Estimativa de duração	Responsável
Reuniões semanais, Relatórios de acompanhamento mensal e Relatório de avaliação final do PI	7 meses	Diretoria de Planejamento Urbano e GT

Produto 2: Caderno de Procedimentos do Planejamento do Projeto de Intervenção		
Pacote de Trabalho: Trabalho preparatório para viabilização do PI		
Atividade	Estimativa de duração	Responsável
Fazer o planejamento do PI e viabilizar todos os procedimentos	1 mês e 15 dias	Grupo de trabalho

Produto 3: Relatório de Pesquisa e Organização do banco de dados da prefeitura		
Pacote de Trabalho: Compilação das pesquisas e dos bancos de dados das secretarias		
Atividade	Estimativa de duração	Responsável
Levantamento de dados em todas as secretarias e outros órgãos públicos ou de serviços públicos.	2 meses	Coordenador das equipes de trabalhos

Produto 4: Mapa base para o desenvolvimento do PI		
Pacote de Trabalho: georeferenciamento das informações reunidas em cartografia		
Atividade	Estimativa de duração	Responsável
Desenho em Arqgis e AutoCad sobre base georeferenciada existente, com informações das pesquisas e banco de dados.	2 meses e 15 dias	Diretoria de Planejamento Urbano e Coordenadores das equipes de trabalhos

Produto 5: Relatórios dos Levantamentos de Campo de cada Bairro.		
Pacote de Trabalho: Leitura de Campo e comunitária do Território		
Atividade	Estimativa de duração	Responsável
Visita de Campo, oficinas e desenvolvimento das informações em relatórios	3 meses	Coordenadores das equipes de trabalhos

Produto 6: Seminário de Apresentação dos Projetos nos Bairros		
Pacote de Trabalho: Dialogo com a comunidade para caracterização do território		
Atividade	Estimativa de duração	Responsável
Apresentação de projetos nas comunidades de Bairro com a leitura dos moradores	1 mês e 21 dias	Coordenadores das equipes de trabalhos

Produto 7: Seminário Final para Sociedade		
Pacote de Trabalho: Reunião de todas as informações com apresentação de Seminário		
Atividade	Estimativa de duração	Responsável
Produção de relatório final com Apresentação de Seminário	1 mês e 7 dias	Coordenador das equipes de trabalhos e Diretoria de Planejamento Urbano

Produto 8: Apresentação e Aprovação do CONCIDADE e Publicação		
Pacote de Trabalho: Reunião de todas as informações com apresentação de Seminário		
Atividade	Estimativa de duração	Responsável
Produção de relatório final com Apresentação de Seminário	1 mês e 7 dias	GT e Diretoria de Planejamento Urbano

5 CRONOGRAMA



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de intervenção tem o objeto de contribuir para solucionar o problema indicado, mas necessariamente não vai garantir que seja resolvido. Existem muitos fatores que interferem nas condições de precariedade do planejamento urbano do município, mas será um grande passo assumir a necessidade de prepara uma base de trabalho. O trabalho se justifica só pela organização do banco de dados, e com a leitura do território em campo, em diálogo com a população, será um documento de grande utilidade.

O trabalho contribui de forma prática para iniciar uma mudança, na forma com que o município aproveita os planos urbanísticos contratados e seus gastos com recursos públicos. O prejuízo não é só a despesa do contrato, as consequências maiores são no distanciamento dos direitos sociais, e no crescimento da cidade desigual, prejudicando a população mais pobre. A iniciativa abrirá uma porta para compreensão da cidade informal, mensurando a

dimensão do trabalho que precisa ser feito. Dando a oportunidade dos instrumentos que virão após o PD para que sejam mais abrangentes e eficientes.

O processo de revisão do Plano diretor já foi iniciado, com a elaboração do termo de referência, que foi vistoriado pelo conselho da cidade e está na dependência da aprovação do processo de licitação. O documento não contemplou a elaboração das leis complementares, inclusive a de uso e ocupação do solo. Cumpre suas atribuições básicas e apresentará um macrozoneamento que deverá ser desenvolvido posteriormente. A consultora jurídica Claudia Dutra, fez uma abordagem da legislação, no seu trabalho de estudo sobre o processo de uso e ocupação do solo em Duque de Caxias, no ano de 2015, e recomendou que fosse incluído na revisão do Plano Diretor, algumas leis complementares, especialmente essa citada. O trabalho apontou a precariedade das regras de gestão do território, condição que passa pelo desconhecimento da dinâmica social das ocupações, e quando produz instrumentos regulatórios são superficiais e desconectados entre os anteriores existentes, agravando ainda mais os conflitos. O Plano de Intervenção procura suprir a carência de informação e capacitar os agentes que terão o desafio de transformar essa realidade.

Na realidade atual dos municípios, qualquer recurso aplicado em planejamento, se torna elevado, considerando uma visão de necessidades emergenciais, a todo o momento, demandas sociais que nunca deixam de existir. O equilíbrio fiscal é um desafio permanente que colocam prioridades em despesas específicas. O projeto em questão é importante, mas no quesito obrigatoriedade perde para outros instrumentos de políticas públicas. Pensando na possibilidade do recurso não ser aprovado e não haver condições de captação na instância de programas federais, o PI poderia ser redimensionado, em uma escala de tempo mais alongada, contratando menos, mas provavelmente os resultados seriam diferenciados, porque o momento anterior a revisão do Plano Diretor é especial. O trabalho pode ser feito posterior ao PD, isso não invalida a necessidade das ações, podendo ocorrer de outras formas.

As políticas urbanas federais como os programas do Ministério das Cidades que alcançaram o município de Duque de Caxias geraram impactos pontuais, nas **áreas de planejamento**: a) com as obrigatoriedades de fazer o Plano Diretor (2006), b) os Planos Setoriais de Habitação (2013), Mobilidade Urbana (2016, interrompido), Saneamento (2017); na área de investimento com Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de **infraestrutura**: a) na macrodrenagem urbana, b) no complexo industrial petroquímico, c) no arco metropolitano sem muita utilidade, d) na construção de estação de tratamento de esgoto sem existência de rede; nos programas de **Habitação de Interesse Social** : grandes

empreendimentos (aproximadamente 7 mil unidades habitacionais) em locais com pouca ou sem infraestrutura.

Todos os investimentos nos últimos dez anos comprovam que existe recurso, são aplicados, mas não conseguiram transformar a realidade social do município, todos teriam uma característica vertical, de cima para baixo, com poucas relações com políticas locais. O plano de intervenção apresentado procura trabalhar no sentido inverso, mas os interesses econômicos e as políticas federais não acompanham essa estratégia. O desafio é contra uma realidade que precisa ser superada, atingir a reforma urbana é uma perspectiva de longo prazo, mas nas pequenas ações de iniciativa própria, coerentes com a realidade precária local, vinculadas ao território, seria uma forma concreta e viável de buscar esse objetivo.

Podemos concluir que a cidade intencional ainda não chegou em Duque de Caxias, ainda estamos na cidade acidental (LOPES, 1998), serão necessárias além desse projeto de intervenção, outras ações estratégicas, até assimilarmos de forma natural a participação e o planejamento nas políticas públicas locais.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografias consultadas

BRASIL. **Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os Art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2001.

CAMAZ, Fenando Ribeiro. Duque de Caxias – Rio de Janeiro: contradições entre crescimento econômico e desenvolvimento social. Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica, n. 7, 2015.

DUTRA, Claudia. **Estudo sobre a situação atual do processo de uso e ocupação do solo em Duque de Caxias.** Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Acervo da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação, 2015. 111p.

FREITAS, Eleusina Lavor Holanda de; MELO BUENO, Laura Machado de. Processos participativos para elaboração de Planos Diretores Municipais: inovações em experiências recentes. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 10, n. 2, 2018.

LOPES, Rodrigo. **A cidade intencional:** o planejamento estratégico de cidades. 2º ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

MURTA, Cláudio Martinelli. Avaliação de Planos Diretores Municipais. Trabalho de Conclusão do Curso Intensivo de Pós-Graduação em Administração Pública – CIPAD – Turma 01 - **TCE/RJ**, 2007.

Plano Diretor Participativo: Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades, 2004. 158p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. **Plano Diretor Urbanístico.** PMDC: Duque de Caxias, 2006.

ORCAR JÚNIOR, Antonio Carlos da Silva. Avaliação da conformidade do plano diretor duquecaxiense: subsídios para a compreensão das cidades (não) resilientes. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 6, nº 1, p. 301-322, 2014.

ROCHA, André Santos da. Os efeitos da reestruturação econômica metropolitana na Baixada Fluminense: Apontamentos sobre o “novo” mercado imobiliário da região. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 6, 2015.

SILVEIRA, L. A. ; RIBEIRO, M. A. C. . Situando Duque de Caxias no contexto metropolitano da Baixada Fluminense: de cidade-dormitório a cidade plena. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo.. (Org.). **Revisitando o Território Fluminense VI**. 6º ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, v. 1, p. 209-258.

SOUZA, Aline. *et al.* As cidades fluminenses e seus planos diretores: limites e possibilidades dos instrumentos de planejamento urbano. 2017. (Projeto de pesquisa com coord. Prof. Dr. Alex Ferreira Magalhães - IPPUR/UFRJ)

Sites consultados

CÂMARA METROPOLITANA. Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro. **Caderno Metropolitano**. Disponível em: <<http://www.camarametropolitana.rj.gov.br/>>. Acesso em: 20 set. 2018.

_____. **Mapa Metropolitano**. Disponível em: <<http://www.camarametropolitana.rj.gov.br/Mapa%20Metropolitano.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

IBGE. Brasil. Rio de Janeiro. Duque de Caxias. **População**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/panorama>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

Anexo I – Tabelas do PPA 2018/2021 – Programas Finalísticos

PPA 2018/2021
Programas Finalísticos

Fonte de Recurso: () Do Tesouro (X) Outras

PROGRAMA: 0029 - CAXIAS MAIS URBANIZADO

Objetivo: Promover a Urbanização do Município de Duque de Caxias.

INDICADOR: Percentual de Ações Concluídas

COD	FUNÇÃO	COD	SUBFUNÇÃO	AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	ANO	METAS FÍSICAS	VALORES (R\$ 1) *	COD.	REGIONALIZAÇÃO
15	Urbanismo	127	Ordenamento Territorial	Identificação e Requalificação de Centros de Bairros - Execução de Projetos Urbanos	P	Projetos de Identificação e Requalificação Executados	Unidade	2018 2019 2020 2021 TOTAL	2 2 2 2 2	50.000,00 50.000,00 50.000,00 50.000,00 200.000,00	00	Todos os Distritos Todos os Distritos Todos os Distritos Todos os Distritos
15	Urbanismo	127	Ordenamento Territorial	Plano Mobilidade Urbana	P	Projetos Elaborados	Unidade	2018 2019 2020 2021 TOTAL	1 0 0 0 1	350.000,00 0,00 0,00 0,00 350.000,00	00	Todos os Distritos
15	Urbanismo	452	Serviços Urbanos	Diagnóstico a Projetos Urbanos	P	Projetos Elaborados	Unidade	2018 2019 2020 2021 TOTAL	1 1 1 1 4	75.000,00 75.000,00 75.000,00 60.000,00 285.000,00	00	Todos os Distritos Todos os Distritos Todos os Distritos Todos os Distritos
15	Urbanismo	126	Tecnologia da Informatização	Sistema de Licenciamento Digital	A	Sistema Mantido	Unidade	2018 2019 2020 2021 TOTAL	1 1 1 1 1	216.250,00 216.250,00 216.250,00 216.250,00 865.000,00	00	Todos os Distritos Todos os Distritos Todos os Distritos Todos os Distritos
15	Urbanismo	126	Tecnologia da Informatização	Portal WEB de Informação Urbanas	P	Portal Implantado	Unidade	2018 2019 2020 2021 TOTAL	0 1 0 0 1	0,00 350.000,00 0,00 0,00 700.000,00	00	Todos os Distritos
15	Urbanismo	122	Administração Geral	Concursos de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo	P	Concursos Realizados	Unidade	2018 2019 2020 2021 TOTAL	0 1 0 0 1	0,00 150.000,00 0,00 0,00 150.000,00	00	Todos os Distritos
TOTAL DO PROGRAMA										2.550.000,00		

Anexo II – Tabelas do PPA 2018/2021 – Programas Finalísticos

PPA 2018/2021
Programas Finalísticos

PROGRAMA: 0029 - CAXIAS MAIS URBANIZADO

Fonte de Recurso: () Do Tesouro (X) Outras

Objetivo: Promover a Urbanização do Município de Duque de Caxias.

INDICADOR: Percentual de Ações Concluídas

COD	FUNÇÃO	COD	SUBFUNÇÃO	AÇÃO (Projativ)	TIPO (AUP)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	ANO	METAS FÍSICAS	VALORES (R\$ 1) *	COD.	REGIONALIZAÇÃO
17	Saneamento	512	Saneamento Básico Urbano	Plano Municipal de Saneamento	P	Anteprojeto de Lei Elaborado	Unidade	2018 2019 2020 2021 TOTAL	0 1 0 0 1	0,00 1.000.000,00 0,00 0,00 1.000.000,00	00	Todos os Distritos
15	Urbanismo	452	Serviços Urbanos	Alinhamento de Vias Públicas e Renumeração Predial - Projetos	P	Projetos de Alinhamento e Renumeração Elaborados	Unidade	2018 2019 2020 2021 TOTAL	50 50 50 50 200	125.000,00 125.000,00 125.000,00 125.000,00 500.000,00	00	Todos os Distritos
15	Urbanismo	452	Serviços Urbanos	Alinhamento de Vias Públicas e Renumeração Predial - Execução	A	Projetos de Alinhamento e Renumeração Executados	Unidade	2018 2019 2020 2021 TOTAL	0 50 50 50 150	0,00 333.000,00 333.000,00 334.000,00 1.000.000,00	00	Todos os Distritos
15	Urbanismo	127	Ordenamento Territorial	Núcleo de Geoprocessamento - Elaboração de Mapas e Criação de Banco de Dados Municipais	A	Núcleo Mantido	Unidade	2018 2019 2020 2021 TOTAL	1 1 1 1 4	250.000,00 250.000,00 250.000,00 250.000,00 1.000.000,00	00	Todos os Distritos
15	Urbanismo	125	Normalização e Fiscalização	Consolidação da Legislação Urbana	A	Leis Consolidadas e Atualizadas	Unidade	2018 2019 2020 2021 TOTAL	10 10 10 10 40	50.000,00 50.000,00 50.000,00 50.000,00 200.000,00	00	Todos os Distritos
15	Urbanismo	127	Ordenamento Territorial	Identificação e Requalificação de Centros de Bairros - Elaboração de Projetos Urbanos	P	Projetos de Identificação e Requalificação Elaborados	Unidade	2018 2019 2020 2021 TOTAL	2 2 2 2 8	25.000,00 25.000,00 25.000,00 25.000,00 100.000,00	00	Todos os Distritos
TOTAL DO PROGRAMA										3.800.000,00		